

# **Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica**

Iran Veiga

NEAF / CAP / UFPA

Campus Universitário do Guamá, Rua Augusto Correa 01  
[iveiga@ufpa.br](mailto:iveiga@ufpa.br) tel./fax: +55 91 2111915

Belém – PA 66.075-900

## ***Resumo***

A participação está na ordem do dia da pesquisa agropecuária e extensão rural, mas como em situações anteriores (por exemplo envolvendo as noções de desenvolvimento ou sustentabilidade) o seu uso repetido e muitas vezes abusivo acaba ‘gastando’ a noção, diminuindo seu gume, e assim o seu interesse para a reflexão e a ação. Subitamente tudo e todos passam a ser participativos (pesquisa, diagnóstico, zoneamento etc.), como se para que os agricultores participassem do que quer que seja, bastasse acrescentar o adjetivo ‘participativo’ ao título do trabalho. Concomitantemente criam-se uma série de ferramentas e metodologias que permitem a participação rápida, as quais muitas vezes vêm em pacotes fechados, possibilitando uma ampla divulgação.

Seria interessante e viável a participação em todos os momentos da pesquisa e extensão agropecuária? O objetivo deste trabalho é, através da discussão de uma experiência de trabalho na região de Marabá, refletir sobre a noção de participação dos agricultores na concepção e implementação da mudança técnica dos agroecossistemas atualmente existentes nesta área da Amazônia oriental. Enfocaremos nossa discussão nas possibilidades de diálogo e integração dos saberes locais dos agricultores com os saberes produzidos em instituições de pesquisa e extensão agropecuária. Aprofundaremos os seguintes eixos:

- na diversidade de condições amazônicas (culturais, econômicas, ecológicas e sociais) a mudança dos sistemas técnicos atuais passa por uma evolução (no sentido de uma adaptação gradual a condições ecológicas, sociais e econômicas específicas) e não por uma revolução (no sentido de transformação rápida e

homogeneizante das condições do meio ecológico). Esta mudança depende de uma participação efetiva dos agricultores e de seu saber localizado;

- esta participação deve levar em conta as condições sociais de produção destes saberes e de realização da atividade agropecuária;

## **Knowledge and participation in the transformation of smallholder farming systems in Amazonia**

### ***Abstract***

Participation is currently very fashionable in agricultural research and extension circles however, along with other concepts (such as development and sustainability), excessive application and/or misuse of the term has reduced its precision and depreciated its value as a guide to thought and action. Everything and everybody has become participatory (research, appraisals, zoning etc.) as if the simple addition of the word 'participatory' to a title were sufficient for farmers to participate in the activity. Simultaneously a long list of standardized tools and methods (making widespread diffusion possible) have appeared to supposedly achieve rapid participation.

Is participation always possible and desirable in agricultural research and extension processes? Using a community in Marabá (eastern Brazilian Amazon) as a case study, the objective of this paper is to analyse the notion of farmer participation in the design and implementation of technical changes in agro-ecosystems. We focus on the potential of integrating farmers' local agricultural knowledge and scientific knowledge produced in research institutions. This paper elaborates upon the following topics:

- Given the present degree of Amazonian diversity (cultural, economic, ecological and social), changes in farming systems depend more on 'evolution' (gradual adaptation to specific local ecological, social and economic conditions) than on 'revolution' (rapid and drastic transformations of ecological conditions to fit modern agricultural practices). These types of change rely heavily on effective farmer participation and on their local knowledge;

- Participation must take into account social conditions in which knowledge production and agricultural activity occur.

## ***Introdução***

As abordagens participativas estão na ordem do dia da pesquisa agropecuária e extensão rural mas, como em situações anteriores (por exemplo envolvendo as noções de desenvolvimento ou de sustentabilidade), o seu uso repetido e algumas vezes abusivo acaba gastando a noção, diminuindo seu gume, e assim o seu interesse para a reflexão e a ação. Tudo e todos passam a ser participativos (pesquisa, diagnóstico, zoneamento etc.), como se para que os agricultores participassem do que quer que seja, bastasse acrescentar o adjetivo 'participativo' ao título do trabalho. A participação dos agricultores torna-se quase normativa, sua menção obrigatória em projetos de pesquisa e de desenvolvimento. Concomitantemente surgem no 'mercado do desenvolvimento' uma série de ferramentas e metodologias padronizadas visando alcançar essa participação de maneira simples e rápida, possibilitando uma ampla divulgação (cujo principal exemplo parecem ser as diferentes versões e variantes do 'Rapid Rural Appraisal' – RRP e mais recentemente do 'Diagnóstico Rápido Participativo' – DRP, concebidos por R. Chambers e equipe, Chambers et al., 1989).

As origens desta corrente participativa são complexas. De Sardan (1997), trabalhando principalmente na África subsaariana, aponta para o populismo da comunidade internacional ligada ao desenvolvimento, que ele define como “uma certa relação entre intelectuais (associados às camadas e grupos privilegiados da sociedade) e o povo (ou seja, as camadas e grupos dominados), na qual os intelectuais descobrem o povo, têm pena de sua sorte e/ou maravilham-se com suas capacidades, pretendendo colocar-se a seu serviço e trabalhar pelo seu bem” (De Sardan, 1997; nossa tradução). Como ele próprio o afirma, esta corrente tem suas vantagens e inconvenientes, mas não deixa de traduzir um certo avanço metodológico na maneira de lidar com o desenvolvimento.

No contexto brasileiro, e mais especificamente no que concerne o meio rural, as raízes da busca da participação dos atores locais são talvez ainda mais complexas. Sem dúvida essa busca é perpassada pelo populismo citado acima, sobretudo em um contexto onde há uma grande distância cultural entre os intelectuais urbanos e agricultores detentores de uma cultura rural, na melhor das

hipóteses ignorada e em geral desprezada pelos detentores do saber formal (Martins, 1999). Mas ela também passa por um lado pela crítica dentro dos meios intelectuais da noção de transferência de tecnologia como um processo linear, onde o técnico, detentor da informação, a repassa para o agricultor que não a tem (Freire, 1977); e por outro pela criação, após o fim do regime militar, de diferentes organizações representativas de agricultores familiares que se tornaram atores políticos importantes. O reforço político destas organizações levou e leva a uma confusão sobre o tipo de participação que se discute. As organizações de agricultores passaram a exigir o direito de voz e de direção em projetos de desenvolvimento nos quais os agricultores deveriam ser os principais beneficiários, mas a participação no nível decisório dos projetos muitas vezes encobriu uma freqüente ausência de participação dos agricultores na concepção e implementação da mudança técnica nos sistemas produtivos. É desta última que trataremos nesta comunicação.

Nosso objetivo é, através da discussão de um trabalho de pesquisa na região de Marabá, refletir sobre a participação dos agricultores na concepção e implementação da mudança técnica dos agroecossistemas atualmente existentes nesta área da Amazônia oriental. Não se trata de fazer uma revisão sobre os diferentes tipos de abordagens ditas participativas, seu interesse e limitações (sobre esse ponto, ver Farrington et Martin, 1990; Okali et al. 1994; Albaladejo & Casabianca, 1997), mas de focar nossa discussão nas possibilidades de diálogo e integração dos saberes locais dos agricultores com os saberes produzidos em instituições de pesquisa e extensão agropecuária.

É importante deixar claro que não se trata de defender a participação a qualquer custo e em todos os momentos de uma intervenção de desenvolvimento. Como bem ressaltou Albaladejo (2000), um dos problemas com as abordagens participativas é a ausência de reflexão sobre em que momentos esta participação pode ser necessária ou interessante. A participação em todos os momentos pode se tornar proibitiva em termos de tempo (e recursos), tanto para técnicos quanto para agricultores.

### ***Da abordagem sistêmica ao estudo dos saberes***

Como dito mais acima, uma das origens da atual corrente participativa é a crítica aos modelos lineares de transferência de tecnologia, os quais consideravam o agricultor como um simples 'receptor' do conhecimento gerado em centros de pesquisa agropecuária. Desta crítica surgiram as abordagens sistêmicas aplicadas à agricultura. Partindo do pressuposto de que 'os agricultores têm boas razões para fazer o que estão fazendo', estas abordagens desenvolveram uma série de noções e ferramentas para analisar os sistemas de produção complexos dos agricultores familiares, explicar as boas razões que eles têm para praticá-los, e finalmente propor aperfeiçoamentos aos mesmos.

Apesar de reconhecer que estes agricultores tinham uma lógica (a qual não se resumia a uma lógica econômica), a abordagem sistêmica ainda deixava o agricultor na posição passiva de objeto de (ou mais precisamente suas práticas eram objeto de) conhecimento. As diversas críticas a esta situação (por exemplo Pinheiro, 1995 e Albaladejo & Casabianca, 1997) introduziram de diferentes maneiras a idéia de buscar-se o ponto de vista do agricultor, fazendo-o participar ativamente do processo de produção e transformação do conhecimento agrônomo. Confluindo, no cadinho da comunidade internacional dos profissionais do desenvolvimento, com as diferentes abordagens dos defensores de uma 'antropologia aplicada' (entre outros certos pesquisadores em etnociência e dos 'indigenous technical knowledge'; Brokensha et al., 1980; Fairhead, 1991; Warren et al., 1995; Roué, 1997), estas críticas colocaram os saberes, percepções e pontos de vista dos agricultores no centro dos debates sobre sua 'participação' na mudança de suas condições de vida e produção.

Esta preocupação é ainda mais aguda no contexto das áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental, principalmente se partirmos do pressuposto de que na diversidade de condições dessa região de colonização recente (ecológicas, culturais, econômicas e sociais) a mudança, no sentido de uma maior sustentabilidade, dos sistemas de produção atuais passa por uma evolução (no sentido de Richards, 1985, de uma adaptação gradual a condições ecológicas, sociais e econômicas específicas) e não por uma revolução (no sentido de

transformação rápida e homogeneizante das condições do meio ecológico). Uma mudança deste tipo depende de uma participação efetiva dos agricultores e de seu saber localizado.

O interesse na mobilização destes saberes locais, e como veremos mais adiante, no diálogo destes saberes com os produzidos em instituições de pesquisa agropecuária, levanta no entanto uma série de questões conceituais e metodológicas que podem se traduzir na pergunta seguinte: como levar em conta estes saberes?

A antropologia preocupa-se de longa data com esta questão, mas de maneira indireta, através do estudo dos saberes das sociedades de tradição oral, segundo duas vertentes principais:

- o estudo dos sistemas de pensamento, ou formas de pensar, em geral buscando discernir as diferenças e semelhanças entre as formas 'primitivas' e a científica (ou 'moderna') (Durkheim & Mauss, 1903; Levi-Strauss, 1997 (1962); Horton, 1967; Goody, 1979).

- a coleta e formalização (com um forte apoio da lingüística) dos conjuntos de saberes (por exemplo sobre a classificação do meio ecológico) das sociedades 'primitivas', em geral considerados como sistemas coerentes e estáveis. Esta vertente deu origem às abordagens em etnociência (Conklin, 1957; Revel, 1990; Arom et al., 1993) e mais recentemente aos trabalhos procurando mobilizar os saberes técnicos tradicionais (*indigenous technical knowledge*) em projetos de desenvolvimento;

É importante ressaltar que ambas as vertentes consideram, de uma maneira ou de outra, que o pensamento humano, enquanto processo e produto, tem uma dimensão social, 'mediatizada' pela linguagem. Nas palavras de C. Geertz (1983; nossa tradução) "O pensamento humano é social do começo até o fim: social nas suas origens, social nas suas funções, nas suas formas e nas suas aplicações". Ambas também se preocupam com a questão complexa de sua formalização, sobretudo os desenvolvimentos mais recentes da etnociência, nos quais a

mobilização destes saberes formalizados para a ação tornou-se uma preocupação central.

De fato, a questão sobre como formalizar os saberes tradicionais é de difícil resolução pois, de uma certa maneira, a formalização deforma... Sem querermos esgotar o assunto, abordaremos alguns pontos deste debate que julgamos importantes para a discussão que segue.

O primeiro trata das conseqüências da própria formalização de saberes locais, pois segundo Bourdieu (1980), só podemos entender a lógica da prática através de construções teóricas que a destroem. De maneira mais específica, Goody (1979) nos mostra que a sistematização e formalização por escrito dos saberes são em si uma forma de 'tradução radical' dos mesmos, quando comparada com a maneira como estes saberes são percebidos pelos agricultores: saberes contingentes a um meio ecológico e que não são concebidos em seu conjunto em um mesmo momento.

O segundo ponto decorre da própria contingência destes saberes. "A prática é a reinvenção constante da técnica na contingência da ação" (Albaladejo, 2000). Os saberes que sustentam esta prática estão igualmente em mudança constante, fruto das experiências e interações quotidianas dos indivíduos que os produzem. A questão que se coloca aqui é: o que foi formalizado? Qual 'versão' ou qual variante do saber em questão? Acessoriamente podemos igualmente levantar a interrogação de como essas variantes se distribuem dentro de uma comunidade. A variante formalizada refere-se a qual grupo local?

Em função do exposto acima, os saberes, ao menos os conjuntos complexos como os referentes a sistemas agrícolas, não podem ser tratados como uma mina onde vai-se buscar a informação independentemente de quem a produziu ou de como ela foi produzida. Este processo de reificação dos saberes implica em geral em (ao menos) uma dupla descontextualização: em relação ao meio ecológico no qual eles foram produzidos; mas também em relação ao seu contexto 'cognitivo'. Cada cultura tem suas próprias categorias e maneiras de organizá-las. Por mais que os termos sejam os mesmos, os seus significados (enquanto categorias) e as suas relações são diferentes. Os 'expert systems' aplicados a saberes tradicionais

complexos correm este risco de reificação ao tentar recriar, através da informática, este 'sistema de pensamento'. Paradoxalmente estes riscos podem ser maiores quando se trata, como no estudo de caso discutido nesta comunicação, de pesquisadores e agricultores que compartilham a mesma língua e um grande número de elementos culturais. Neste caso corre-se o risco da falsa familiaridade ou do intuicionismo de que nos fala Bourdieu (1980).

Mesmo se os problemas levantados acima não podem ser completamente superados, eles podem ser atenuados. Por um lado através do conhecimento e atenção a esses limites da formalização dos saberes (nunca é demais lembrar que o produto desta formalização é um modelo, e não o saber em si), mas também pela validação constante dos saberes formalizados pelo diálogo.

### ***A diversidade dos saberes locais***

Freqüentemente tende-se a idealizar o saber dos 'povos da floresta' (ou das 'populações tradicionais') da Amazônia sobre a gestão dos recursos naturais, procurando mantê-lo intacto. Por outro lado a atividade agrícola (e os saberes) dos agricultores familiares (colonos que chegaram à Amazônia nos últimos 30 anos) é em geral ignorada ou menosprezada. Nos diferentes projetos e programas de desenvolvimento ela é rapidamente caracterizada como 'agricultura de corte-e-queima' (ou 'roça de toco'), a qual é em geral associada (não somente pela opinião pública, mas também por uma grande parte da comunidade científica) com atraso técnico, algo que deve ser mudado, sem que ninguém tenha realmente uma alternativa para oferecer.

Argumentamos aqui que, apesar de relativamente há pouco tempo na região, estas populações 'não tradicionais', em função de sua própria sócio-diversidade e de sua adaptação ao meio da região de instalação, criaram uma diversidade de saberes que pode ter impactos bem diferentes na sustentabilidade de sua atividade agrícola (Veiga, 1999). Visando sustentar este argumento, apresentamos a seguir os resultados de um estudo de caso na vizinhanças de Marabá (Amazônia oriental, sudeste do Pará), onde buscou-se a caracterização



etnográfica dos saberes locais e da organização social que os sustentam em uma área de colonização recente.

Os sistemas de produção dos agricultores migrantes da região de Marabá são baseados no que poderíamos chamar, para utilizar o termo destes agricultores, de 'roça de arroz', ou seja, a cultura do arroz de sequeiro (acompanhado ou seguido de milho, mandioca e feijão caupi) plantada durante a estação chuvosa em uma roça de corte-e-queima após a derrubada da mata (ou capoeira). Ela pode eventualmente ser repetida por um segundo ano antes de se deixar o terreno ser ocupado novamente pela capoeira (por no mínimo três anos). No entanto, em geral não se faz roça por dois anos no mesmo local, e quanto maior o número de utilizações de uma mesma área, maior vão ficando os períodos de pousio. Eventualmente (em geral após 2 ou 3 utilizações como 'roça de arroz') é plantado o capim e o terreno se transforma em pasto ou em pasto 'encapoeirado', principal peça do processo de 'pecuarização' da região (De Reynal et al., 1996). Este tipo de roça e a utilização do espaço que ele implica é amplamente dominante na região de Marabá, e em geral tende-se a caracterizar a agricultura familiar como praticando unicamente este tipo de sistema de cultivo.

No entanto um olhar mais atento e em detalhe pode revelar variantes a este sistema agrícola, ou mesmo sistemas com características diferentes, dos quais um exemplo é o que denominamos de 'roça de baixão'.

Na paisagem ondulada da região a oeste do Rio Tocantins, os 'baixões' são as terras baixas ao lado dos igarapés, as quais guardam umidade durante o período seco (de maio a novembro) e que em geral são inundadas durante a estação chuvosa (de dezembro a abril). Alguns agricultores usam estes terrenos para um plantio de 'feijão do sul' (*Phaseolus vulgaris*) na entressafra do arroz, durante a estação seca. Esta cultura, bastante sensível ao clima quente e chuvoso da Amazônia (o que em geral a inviabiliza durante a estação das chuvas), adaptou-se relativamente bem a este sistema de cultivo. Como ela alcança preços por saca bastante elevados (4 a 5 vezes superiores ao do arroz), ela permite uma produtividade do trabalho mais alta que a do arroz, além de facilitar o transporte

aos mercados (em uma região onde a deficiência de infra-estrutura rodoviária é muito grande).

Este tipo de sistema de cultivo pode ser realizado através da técnica do corte-e-queima (com pousio de alguns anos antes do corte da vegetação e a realização de uma nova roça), como de fato o é por muitos agricultores que o utilizam como uma maneira de ocupar a mão-de-obra familiar durante a estação seca. No entanto, por se tratar de uma roça feita em superfícies menores, ela pode ser cultivada mais intensivamente que a roça de arroz, e alguns agricultores passaram a cultivá-la continuamente, sem pousio (além do período chuvoso durante o qual a inundação inviabiliza a cultura do ‘feijão do sul’).

Este sistema de cultivo original, desenvolvido a partir de empréstimos de técnicas trazidas de outras regiões e de adaptações realizadas às condições ecológicas e de mercado locais é, e provavelmente continuará sendo, marginal (em termos do número de agricultores que o praticam), entre outros pelo fato de que os baixões têm em geral superfícies pequenas. Apesar de não se constituir, em si, uma alternativa de cultivo capaz de ser implementada por um número considerável de agricultores, a roça de baixão nos traz alguns ensinamentos importantes.

O primeiro é mostrar que um olhar mais atento sobre a aparente homogeneidade do sistema ‘roça de arroz’ pode mostrar que os agricultores desenvolvem variantes, e mesmo sistemas de cultivo com lógicas diferentes. Existe uma diversidade de saberes, e esta se traduz em práticas de cultivo diferentes e em uma relação diferente com o meio ecológico.

Na roça de arroz o espaço cultivado (o roçado) é um elemento transitório de utilização do espaço, que cria (a partir da floresta primária ou de capoeiras) outras coberturas vegetais. A reprodução da capacidade produtiva do meio ecológico depende do pousio e da formação da capoeira que traz nutrientes, ‘abafa’ as invasoras e melhora as características físicas do solo (‘amolecendo-o’). Ela depende então da natureza, estando fora do alcance do homem (ver figura 1). A necessidade da ‘capoeira’ faz com que o lote de colonização (em geral de 50 a

100 hectares) torne-se uma ‘colcha de retalhos’ com diferentes coberturas vegetais (principalmente capoeiras de diversas idades).

Como o agricultor dificilmente reutiliza exatamente a mesma área onde fez roça anos atrás, a ‘colcha de retalhos’ torna-se ainda mais complexa. A gestão da capacidade produtiva do meio ecológico torna-se então a gestão de um espaço onde encontram-se diferentes coberturas vegetais, cada uma com suas próprias características (em termos de histórico, mas também de tipo de solo e topografia), e com um diferente potencial em termos de produção da roça. A gestão das coberturas vegetais torna-se assim a gestão da produtividade do trabalho que cada uma das coberturas vegetais presentes neste espaço pode oferecer.

Um elemento à parte neste sistema (em relação a situações ‘tradicionais’ do corte-e-queima) é o capim, cujo plantio ‘bloqueia’ uma dada área, tornando-a indisponível, do ponto de vista dos agricultores (e em seu atual contexto técnico-econômico), para a realização de roças, e isto mesmo após um pousio de vários anos (pois o capim, ou sua semente, permanece na terra, atuando como uma invasora particularmente agressiva).

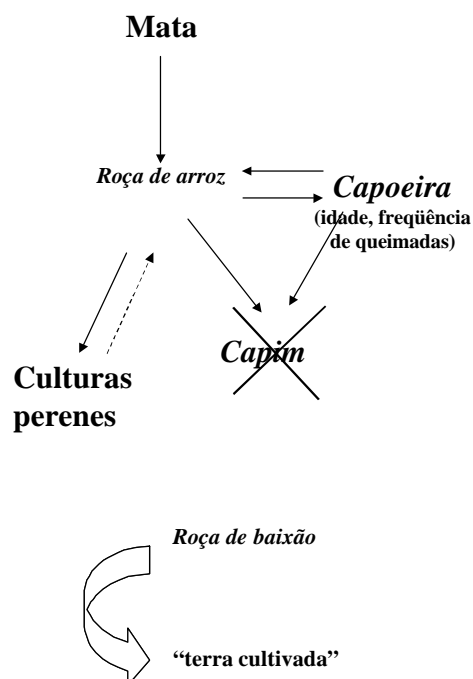


Figura 1 – Diferentes percepções do meio ecológico e da atividade agrícola

Por outro lado, roça de baixão pode ser feita (e o é forçosamente quando da retirada da mata) utilizando-se a técnica do corte-e-queima, seguindo o roteiro esboçado para a roça de arroz, com diferenças em termos de calendário e de culturas. No entanto, ocorrendo a intensificação descrita acima, a situação muda radicalmente. Com o passar dos anos os tocos e raízes desaparecem, as invasoras tornam-se cada vez mais herbáceas (e não mais as lenhosas precursoras da capoeira), a área vai se tornando ‘terra cultivada’ (segundo a expressão dos agricultores), ela vai se ‘amansando’. As ferramentas mudam: não há mais derrubada, e a capina não é mais feita com o facão ou a mão, mas com a enxada; os plantios começam a ser feitos em linha. O tipo de trabalho (e sua dificuldade) também muda radicalmente.

Muda sobretudo a maneira como os agricultores percebem a reprodução da capacidade produtiva do meio ecológico. Ela não depende mais unicamente da natureza, pois a retirada das invasoras é feita pelo trabalho humano com a enxada, assim como a incorporação da matéria orgânica vegetal e o ‘amolecimento’ da terra. Mesmo que à natureza caiba o papel de aumentar a massa vegetal que será incorporada (e de trazer nutrientes com as enchentes), o agricultor e seu trabalho passam a ocupar um papel muito mais central na reprodução da capacidade produtiva deste meio.

O interesse deste exemplo não é de divulgar uma suposta alternativa à roça de arroz, mas mostrar que, em uma mesma área de colonização e em um mesmo meio ecológico, dois conjuntos de saberes podem levar a percepções do meio ecológico e da atividade agrícola bastante diferentes, assim como a usos deste meio igualmente diferentes.

No caso da roça de baixão estamos (idealmente) muito mais próximos da maneira de pensar da agricultura ‘moderna’, com a perenização das superfícies cultivadas e uma maior artificialização do meio. Não queremos dizer que os problemas com este sistema de cultivo não existam ou mesmo que eles sejam menores relativamente ao sistema de cultivo dominante (a roça de arroz). Ao contrário, o tempo de trabalho com a capina tende a aumentar, podendo chegar a

ponto de inviabilizar todo o sistema. Um sistema não é mais ‘moderno’ ou interessante que o outro, mas indubitavelmente a roça de baixão está cognitivamente mais próxima da maneira como pensam uma boa parte dos profissionais das ciências agrárias (em termos de intensificação do uso da terra através do uso de insumos e de utilização contínua de uma mesma área), e assim oferece maiores possibilidades de pontes ou ‘ganchos’ (Wambergue, 1997) para diálogo com estes últimos.

O segundo ensinamento da roça de baixão é verificar que esta diversidade de saberes, além das diferentes percepções do meio, pode levar também a diferenças nas práticas de gestão da atividade agrícola e do lote de colonização. De fato, o cultivo mais intensivo de superfícies menores, assim como a concorrência pela mão-de-obra entre a roça de baixão e o período de preparação da roça de arroz podem levar a uma diminuição do tamanho das roças de arroz e conseqüentemente no ritmo de implantação de pastagens, com impactos concretos na sustentabilidade da atividade agrícola.

### ***Participação e organização social***

A formalização dos saberes locais, apesar de importante, não é de maneira nenhuma suficiente para colocá-los em diálogo com outros agricultores ou com técnicos. Ela pode bastar quanto se trata de explicar estes saberes e sua lógica, ou mesmo de identificar um certo uso de uma planta, cujo princípio ativo será então identificado e tratado por outros saberes que de uma certa maneira se apropriam dele, tornando-se autônomos na sua utilização. Na perspectiva de ação na qual nos colocamos a ‘mobilização’ dos saberes locais implica na mobilização dos grupos sociais que os produzem.

Uma questão torna-se então central: qual o contexto social no qual estes saberes foram produzidos? Mais precisamente, como o entendimento do contexto social onde são mantidos (em constante transformação) estes saberes pode possibilitar ou facilitar a participação dos agricultores no diálogo com intervenções

de desenvolvimento que visam transformar as maneiras de produzir vigentes? Com quem dialogamos (ou queremos dialogar) quando formalizamos um certo tipo de saber?

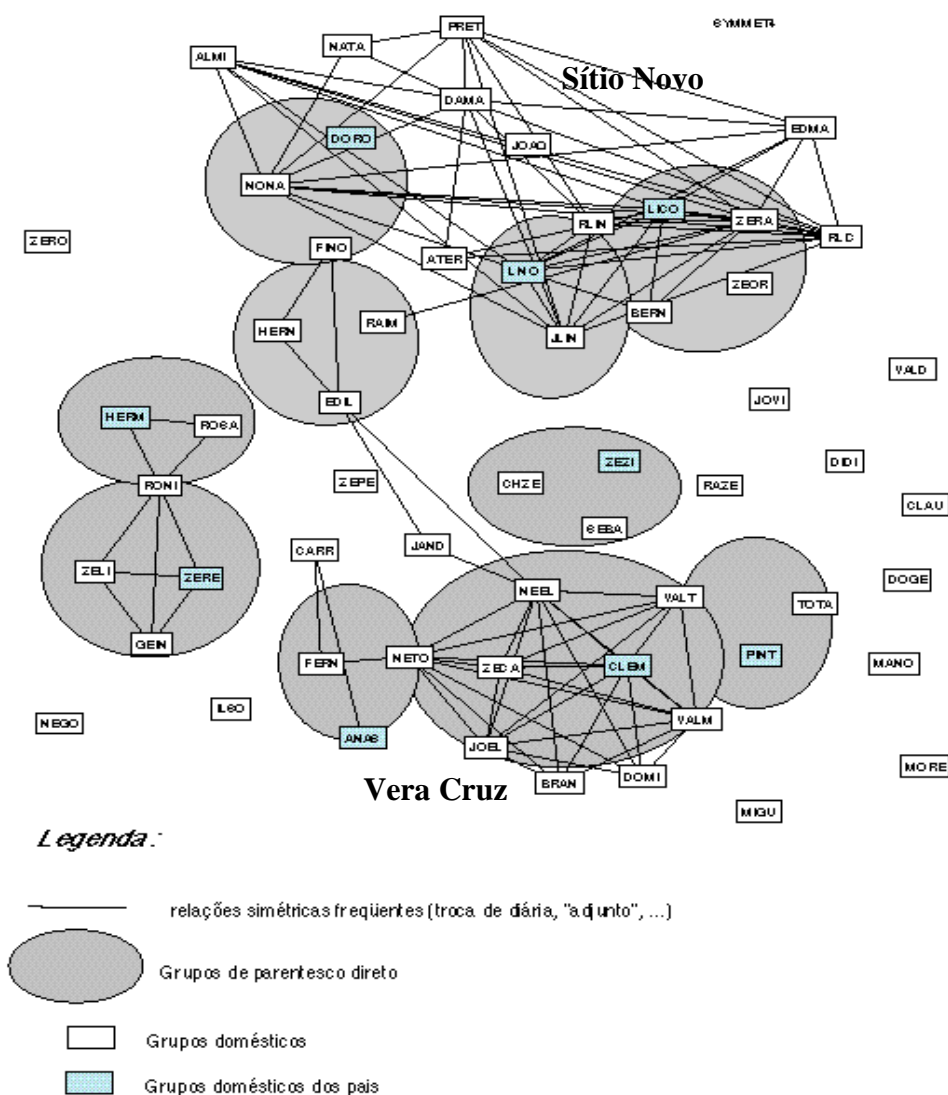
Para tratar esta questão é preciso deixar claro que recusamos o mito da 'comunidade' una, homogênea e perfeita, representada exemplarmente por um líder ou um presidente de associação, a qual é igualmente portadora de um conjunto único de saberes, uniformemente distribuído entre os seus membros. Do nosso ponto de vista a comunidade não é necessariamente um povoado ou um assentamento rural específico, e nem mesmo um território bem delimitado, contínuo e preciso; ela é antes de mais nada o espaço social e geográfico da ação dos agricultores, mais precisamente de suas ações no cotidiano. Trata-se em geral de um espaço com contornos mal definidos, fragmentado e em evolução constante. Estudá-la é então estudar o universo das práticas sociais localizadas (Veiga & Albaladejo, no prelo).

Como vimos acima, uma comunidade pode ser portadora de conjuntos de saberes bastante diferentes, os quais estão em constante transformação, em função das interações quotidianas de seus membros. Estas interações são fruto e ao mesmo tempo formadoras de uma estrutura social constituída por relações de diversos tipos, algumas baseadas em processos de dominação simbólica.

Os saberes locais estão assim intrinsecamente relacionados a grupos mais ou menos bem definidos que integram a organização social de uma comunidade, e com os quais interagem as intervenções de desenvolvimento. Os saberes relativos às roças de arroz e de baixão estão relacionados a diferentes grupos sociais locais, neste caso específico compostos por agricultores com origens culturais e tradições agrícolas diversas, os quais por força de suas migrações tornaram-se vizinhos.

A figura 2 representa relações de parentesco direto e relações freqüentes de troca de trabalho na comunidade estudada, e nos possibilita uma visualização, entre as muitas possíveis, da organização social local. Os saberes relativos à roça de baixão estão relacionados sobretudo com o grupo de agricultores residentes

em torno da escola de Vera Cruz. Apesar de conhecida em ambos os grupos, a roça baixão (enquanto intensificação da atividade agrícola) é praticada principalmente por este grupo, no qual ela pode se tornar o sistema de cultivo principal. Por outro lado o grupo de agricultores residentes próximos à escola de Sítio Novo utiliza a roça de baixão como mais uma opção de corte-e-queima, praticando principalmente o sistema de cultivo centrado na roça de arroz.



Obs.: as posições dos grupos domésticos na figura foram definidas de maneira a permitir uma boa visualização das relações de parentesco direto, e não correspondem necessariamente à localização geográfica destes grupos.

Figura 2 – A organização social da comunidade estudada

É importante notar que a organização social que vemos na figura 2 não é efetiva unicamente no que diz respeito aos saberes locais, mas também no que diz respeito à capacidade de ação e mobilização em torno de uma intervenção de desenvolvimento. A interação, no âmbito de uma destas intervenções, com somente um dos grupos presentes na figura 2, em geral implica na exclusão do outro grupo e de seus saberes.

### **Conclusão**

A mudança técnica nos sistemas de cultivo na região de estudo depende do diálogo dos saberes locais com outros, tanto de técnicos e pesquisadores como de outros agricultores, de maneira a valorizar a diversidade existente regionalmente e a capacidade da pesquisa agropecuária de contribuir à resolução dos problemas. É importante rejeitar a idéia da transferência de tecnologia sem no entanto sucumbir ao risco oposto do populismo.

Para o diálogo entre saberes diferentes não basta a boa vontade (Muchagata et al, 1994), nem o mesmo pode ser confiado à sensibilidade dos diferentes atores envolvidos ou a metodologias de trabalho que prometem dar a palavra aos excluídos. O diálogo implica em conhecer os saberes em jogo, bem como em se ter consciência e superar relações de dominação e de violência simbólica entre indivíduos que ocupam posições sociais diferentes (tais como técnicos e agricultores), mas também entre os próprios agricultores. Para tanto vimos o interesse da formalização dos saberes dos agricultores e da análise das condições sociais de produção desse saber, a qual permite identificar os grupos sociais que os produzem, com quem se pretende dialogar quando eles são formalizados, e quem se está excluindo desse diálogo. Esta preparação possibilita evitar a exclusão, ou ao menos ter consciência da mesma, evitando a utilização (consciente ou não) de abordagens participativas para legitimar a imposição de pontos de vistas, assim como a perpetuação de relações sociais assimétricas. A intervenção participativa, ao mesmo tempo em que ela deve se inserir em dinâmicas (e saberes) locais, deve trabalhar para uma ação 'libertadora' (no



sentido de Freire, 1999), de construção da cidadania. É importante ter nessa utopia uma 'direção de trabalho útil' (Albaladejo, 2000).

Para tanto os atores que propõem a intervenção de desenvolvimento têm que se dar o tempo de compreender os saberes e a organização social local. Neste processo é importante reconhecer que a abordagem sistêmica é em geral uma ferramenta para criar um referencial para o técnico, e não para fazer participarem os agricultores. A rapidez da ação e de resultados, em geral um dos requisitos dos projetos de desenvolvimento, precisa ser bem balanceada (e por vezes atenuada), pois ela freqüentemente vai de par com metodologias participativas muitas vezes cosméticas, onde a participação ocorre mais no discurso do que na prática. Da mesma maneira é preciso aprender a respeitar o tempo necessário para a mudança social que acompanha toda mudança técnica.

## ***Bibliografia***

- ALBALADEJO, C. O Diálogo para uma Interação entre os Saberes dos Agricultores e os Saberes dos Técnicos: uma utopia necessária. HEBETTE, J.; NAVEGANTES, R. da S., (org.). CAT - Ano décimo. Etnografia de uma utopia. Belém: Editora Universitária da UFPA; 2000: 173-214.
- ALBALADEJO, C.; CASABIANCA, F. Eléments pour un débat autour des pratiques de recherche-action. La recherche-action. Ambitions, pratiques, débats. ALBALADEJO, C.; CASABIANCA, F., (Ed.). Paris: INRA; 1997(Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n. 30): 127-149.
- ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (orgs ). A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia-Nordeste). Parte 1 - A Intervenção Local em Questão. Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. 2000; 1(2).
- AROM, S. et al. La science sauvage. Des savoirs populaires aux ethnosciences. Paris: Éd. du Seuil; 1993.
- BOURDIEU, P. Le sens pratique. Paris: Les Éditions de Minuit; 1980.
- BROKENSHA, D. W.; WARREN, D. M.; WERNER, O. (edited by). Indigenous knowledge systems and development. Washington: University Press of America; 1980.
- CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L. A. (edited by). Farmer First. Farmer innovation and agricultural research. London: Intermediate Technology Publications; 1989.
- CONKLIN, H. C. Hanunóo Agriculture. A Report on an Integral System of Shifting Cultivation in the Philippines. Roma: FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations); 1957.
- DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; TOPALL, O.; HEBETTE, J. Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica. Guadeloupe: LASAT/CAT, DAT/UAG, GRET; 1996.
- DURKHEIM, E.; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. L'Année Sociologique. 1903(6ème année (1901-1902)): 1-76.
- FAIRHEAD, J. Indigenous technical knowledge and natural resources management in Sub-Saharan Africa : a critical overview. mimeo. 1991.
- FARRINGTON, J.; MARTIN, A. La participation des agriculteurs dans la recherche agricole : concepts et pratiques. Londres: ODI - Overseas Development Institute; Agricultural Administration Unit; publication irrégulière nº 9.; 1990.
- FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra; 1999.
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra; 1977.
- GEERTZ, C. C. Bali. Interprétation d'une culture. Paris: Éditions Gallimard; 1983.
- GOODY, J. La raison graphique. La domestication de la pensée sauvage. Paris: Les Éditions de Minuit; 1979.
- HORTON, R. African traditional thought and western science. Africa. 1967; 37: 50-71; 155-187.
- LEVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. Campinas: Papyrus; 1997.
- MARTINS, J. de S. O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec; 1999.
- MUCHAGATA, M. G.; de REYNAL, V.; VEIGA Jr., I. La construction du dialogue entre chercheurs et paysans à travers l'expérience du CAT. Actes du Symposium international Recherches-système en agriculture et développement rural; 1921; Montpellier, France. Montpellier: CIRAD-SAR; 1994.
- OKALI, C.; SUMBERG, J.; FARRINGTON, J. Farmer participatory research. Rethoric and reality. Londres: Intermediate Technology Publications/ODI; 1994.
- OLIVIER DE SARDAN, J. -P. Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala; 1995.
- PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): Novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? II

- Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção; 1921; Londrina. Londrina: IAPAR/SBS; 1995: 22-52.
- REVEL, N. Fleurs de paroles. Histoire naturelle Palawan. II - La maîtrise d'un savoir et l'art d'une relation. Paris: PEETERS/SELAF; 1990.
- RICHARDS, P. Indigenous Agricultural Revolution. Ecology and food production in West Africa. Londres: Unwin Hyman; 1985.
- ROUE, M. Novas perspectivas em etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais. CASTRO, E. PINTON, F., org. Faces do Trópico Umido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém: Editora CEJUP/UFPA-NAEA; 1997: 187-200.
- VEIGA, I. Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux en question [Thèse de doctorat en "Etudes rurales", mention Sociologie]. Toulouse: Université de Toulouse - Le Mirail; 1999.
- VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. Formação do território a nível local na Amazônia Oriental e a emergência da ação coletiva. Análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá. Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação, Desenvolvimento (no prelo).
- WAMBERGUE, E. L'arbre politique. Les organisations paysannes pour la conquête de la terre dans la région de Marabá, sur un front pionnier de la Transamazonienne au Brésil [Mémoire de Master]. Montpellier: CNEARC; 1997.
- WARREN, D. M.; SLIKKERVEER, L. J.; BROKENSHA, D. (ed ). The cultural dimension of development. Indigenous knowledge systems. Londres: Intermediate Technology Publications; 1995.